

# ENTRE O PARTICULAR E O GERAL: A ÉTICA COMO UMA TAREFA EM KIERKEGAARD

Jasson da Silva Martins<sup>1</sup>

**RESUMO:** A vida ética, segundo Soren Kierkegaard, encontra seu princípio na paixão. Nesse sentido, o pensamento kierkegaardiano, conhecido como filosofia da dualidade e da disjunção, pode ser caracterizado como filosofia da síntese, à medida que a interioridade do indivíduo e a exterioridade do mundo alcançam o seu termo na ética. No entanto, uma das funções da ética como expressão do geral, é proibir. Como o indivíduo articula o geral em si mesmo? A ética é uma tarefa individual que deve ser expressa na generalidade?

**Palavras-chave:** Ética. Indivíduo. Existência. Escolha. Exceção.

## INTRODUÇÃO

O conjunto da obra multiforme de Soren Kierkegaard pode ser resumido partindo da seguinte interrogação: o que significa para o homem existir como indivíduo singular? Essa é a retomada kierkegaardiana da questão socrática da consciência de si, que é renovada em função de uma referência ao tornar-se cristão. Como é possível pensar a subjetividade de maneira rigorosa, após Kant e Hegel, levando em conta a existência individual? O propósito de Kierkegaard, ao tematizar a dualidade existente entre o indivíduo e a sociedade, é reconstruir um pensamento da existência como

---

<sup>1</sup>Professor Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Licenciado em Filosofia pelo Centro Universitário La Salle (UNILASALLE). Mestre em filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Atualmente, como bolsista PROSUP/CAPES, desenvolve pesquisa em nível de Doutorado nessa mesma Universidade. E-mail: jassonfilos@gmail.com.

diferença, mas também como identidade.

É na existência do indivíduo singular, onde se entrecruzam a exterioridade e a interioridade, que está colocado o paradoxo do tornar-se a si mesmo em meio aos demais e, igualmente, o regressar a si mesmo como interioridade absoluta. A tarefa do indivíduo é realizar essa dialética, no aqui e no agora da existência. O aprofundamento na intimidade, à medida que o indivíduo é capaz de voltar-se a si mesmo, não escapa ao hermetismo da relação com alguma coisa exterior. Nesse sentido, a negatividade, que está presente tanto no exterior como no interior, produz e mantém uma relação de reciprocidade entre o indivíduo singular e o mundo exterior, transformando a dialética de ambos no aqui e no agora da história.

Qual é o papel da ética no caminho da realização dialética? É notório que tratar da existência do indivíduo singular é colocar em questão a capacidade mediadora da ética, enquanto esfera de passagem do singular ao geral, necessariamente ligada às demais esferas da existência. Nesse sentido, o pensamento kierkegaardiano, conhecido como filosofia da dualidade e da disjunção, pode ser caracterizado como filosofia da síntese, à medida que a interioridade do indivíduo singular e a exterioridade do mundo alcançam o seu termo na ética. A singularidade do indivíduo existente é o lugar decisivo onde ocorre a reflexão e a interação da interioridade e da exterioridade existencial.

## 1 VIDA ÉTICA COMO EXISTÊNCIA APAIXONADA

A vida ética encontra o seu princípio em uma paixão<sup>2</sup>. A paixão implica, para existir enquanto amor e afirmação de si, que alguém tome a dimensão normativa da ética. A questão levantada aqui é aquela do estatuto ético em sua relação com o indivíduo. Como o indivíduo engendra em si a esfera ética enquanto modo de existir? Feita a pergunta, na resposta está implicada a relação de circularidade entre o estatuto ético e o ato originário de afirmação de si, do eu individual. Contudo, não é sob o ponto de vista ético que

---

<sup>2</sup> O presente estudo refere-se ao texto “O equilíbrio do estético e do ético na formação da personalidade”, constante na segunda parte de A alternativa [Enten-Eller], publicada originalmente em 1843. A questão pseudonímica da obra kierkegaardiana não é objeto de discussão deste texto.

o indivíduo se interroga quanto à paixão originária do existir, bem como não espera que a reciprocidade dessa paixão possa explicar a ética.

Partindo da ética ascendente – ética que surge da realidade sem descurar a idealidade – o problema a ser encarado, neste estudo, é o de pensar a natureza da relação entre a paixão e a vida ética. O mundo ético é constituído a partir da paixão, organizado sob normas gerais, idênticas para todos os indivíduos de uma determinada sociedade. A ética é a esfera determinada da existência com caráter completo e autossuficiente. Além disso, é reconhecida através de alguns traços específicos na existência do homem comum, que plenamente assimilou as normas de sua sociedade. Para Kierkegaard, a ética é apenas uma das etapas no caminho da vida, mas, nela, precede, sobretudo, o ato individual da decisão. É nesse exato momento da reflexão, que surge o paradoxo: como a ética, enquanto disciplina normatizadora da sociedade, encontra o seu princípio no indivíduo? A ética se eleva da singularidade à generalidade através da escolha.

O enfoque da discussão não é mais o da ética enquanto generalidade, mas sim a natureza das escolhas individuais. Se a escolha é essencialmente subjetiva, deve, pois, portar um elemento de generalidade para transcender a particularidade de cada um, constituindo-se como lei. Por outro lado, a escolha individual não pode fundamentar a ética, dado que esta pressupõe certas condições, por exemplo, trazer junto a si a possibilidade da relação com o geral. Uma outra possibilidade é pensar a vida ética como efeito de uma escolha individual, em que o indivíduo é convocado a decidir entre dois ou mais bens. A solução, inicialmente indicada por Kierkegaard, aponta a síntese entre a generalidade da lei e a singularidade da norma, ambas colocadas em movimento pelo indivíduo singular e portador do universal. Esse dilema é abordado pelo Juiz Wilhelm:

Meu dilema [*Enten-eller*] não significa, no entanto a escolha entre o bem e o mal; designa a escolha pela qual alguém excluiu ou escolheu o bem ou o mal. Trata-se aqui de saber sob quais categorias alguém quer considerar toda a vida e viver o si-mesmo [*selv leve*]. É bem verdade que, em escolhendo o bem e o mal, alguém escolhe bem, mas isso não aparece de imediato; a estética não é o mal, mas a indiferença,

por isso eu disse que a ética constitui a escolha. Não se trata, portanto, de escolher entre querer [*ville*] o bem ou o mal, mas de escolher o querer [*ville*], aí o bem e o mal se acham colocados. (KIERKEGAARD, 1970, p. 154).

O dilema, a alternativa [*Enten-Eller*] pronunciada pelo Juiz Wilhelm é, por si mesma, uma escolha originária e um ato reflexivo que procura fazer a síntese entre a generalidade e a singularidade, colocando o indivíduo diante de seu próprio querer. Kierkegaard chama atenção para o fato de que não se trata de uma decisão entre o bem ou o mal, mas é a possibilidade de escolher que impele a vontade do indivíduo, levando-o a optar por uma dessas duas instâncias. Ao contrário de uma simetria, Kierkegaard aponta a dissimetria da ética, onde o indivíduo é confrontado com a lei (generalidade) e a norma (singularidade). O bem e o mal não possuem sentido absoluto, sendo, pois, determinados negativamente na esfera ética, dado que a escolha primordial do indivíduo não está entre escolher o bem ou o mal, mas, sobretudo, em escolher.

Decidir por escolher algo já é a escolha acertada. Nesse ato singular de escolha, instaura-se a ética ascendente, determinando o modo de vida do indivíduo: o modo de vida na esfera ética. Viver eticamente não significa, para Kierkegaard, ato de escolha ou eleição, ao contrário, escolher o querer é o ato de autoafirmação. Tal ato da vontade põe em movimento o destino do indivíduo singular e da história, perpassado pelo modo de vida ético. A possibilidade de escolher o “querer escolher” difere do ato de escolher algo em detrimento de outro, pois transforma a escolha individual em algo único e singular: poder escolher.

Daí surge outra questão que deve ser respondida: como a ordem ética determina o homem ou como o homem atinge a esfera da ética? O dilema da escolha, notadamente de teor *eidético*, é apresentado pelo Juiz Wilhelm como pressuposto que antecede à própria escolha.

Meu dilema [*Enten-Eller*] faz surgir a ética. Não existe ainda a questão da escolha de uma coisa, nem da realidade da realidade escolhida, mas da realidade do ato de escolher. Isto é o decisivo, e é aí que eu me esforçarei para despertar a tua vontade. Até esse ponto, um homem pode ajudar a outro; mas, a importância que ele precisa ter para o outro é secundária. (KIERKEGAARD, 1970, p. 161).

Nesse trecho, é possível notar o quanto o sentimento e o ato da vontade realizam a função originária da escolha ética. Realizá-la, contudo, não é a mesma coisa que realizar a vida ética a partir do seu *pathos*. No fundo, a escolha original de si é o amor a si mesmo, pois a escolha primordial é pura e pode ser comparada com o primeiro amor ou o amor verdadeiro. Escolher a si mesmo não leva o indivíduo a tornar-se outro, mas reafirma a sua individualidade, a sua subjetividade singular e ética, a sua capacidade de escolher. O tornar-se si mesmo é o resultado de uma constante atualização, sendo executada como ato de constante repetição. O indivíduo singular faz a passagem do mesmo ao mesmo<sup>3</sup> através do movimento dialético e gradual, do possível ao real,

A escolha efetua, por sua vez, dois movimentos dialéticos: o objeto possível da escolha não é, advém da escolha; esse objeto é, senão a escolha não seria possível. Se, com efeito, a coisa que eu escolhi não fosse, mas surgisse absolutamente da escolha, eu não a escolheria, eu a criaria; mas, eu não crio a mim mesmo, eu escolho a mim mesmo. Assim, do mesmo modo que a natureza é criada do nada, do mesmo modo que eu sou como pessoa, imediatamente criado do nada, eu mesmo sou como espírito livre, criado pelo princípio de contradição ou criado pelo fato de ter escolhido a mim mesmo. (KIERKEGAARD, 1970, p. 194).

No entendimento do Juiz Wilhelm, a escolha é o móbil que funda o mundo da eticidade, conduzindo a problemática da ética ao mais elevado paradoxo. Para o indivíduo, o início da vida ética não coincide somente com a escolha do querer, mas também com a escolha de si mesmo. Essa é a crítica endereçada pelo Juiz Wilhelm, pseudônimo ético por excelência, aos místicos, acusando-os de fuga do mundo concreto. Fugir não significa escolher-se a si mesmo ou afirmar a sua singularidade, a fuga do místico é uma escolha abstrata, que não o leva à responsabilidade de tornar-se si mesmo:

O místico, fazendo em geral pouco caso da realidade, vê-se porque não encara com a mesma desconfiança o momento da realidade,

---

<sup>3</sup>Nessa perspectiva, podem ser lidos os estádios no caminho da vida (estético, ético, religioso). O objetivo é o mesmo, o indivíduo é o mesmo, o que modifica é o momento vivido. Isso significa igualmente que o absoluto é escolhido, mas não é a escolha do absoluto que conduz à passagem de um estádio a outro, é o indivíduo que modifica a si mesmo.

onde sofre o contato com uma ordem superior de coisas. [...] O erro do místico, na escolha, é de não tornar-se concreto nem diante dele mesmo nem diante de Deus; ele se escolhe abstratamente e carece assim de transparência. (KIERKEGAARD, 1970, p. 222-223).

Uma escolha ética é uma escolha egoísta, pois a singularidade escolhe a si mesmo ao escolher o querer. A consequência dessa noção de ética coloca em xeque a sua própria dialética interior. Decidir escolher o querer é atitude genuína, em sintonia com a singularidade do indivíduo. A decisão ética pela generalidade é diferente. Quando inteiramente assumida, não deixa espaço para a singularidade. Em termo kierkegaardiano, a tarefa do indivíduo não é tornar-se tão somente ético, mas escolher a si mesmo: “... a escolha faz dele um indivíduo preciso, a saber, ele mesmo; visto que ele se escolheu” (KIERKEGAARD, 1970, p. 226).

O dever ético está implicado no próprio ato de escolher. Dever, como o próprio Kierkegaard reconstrói etimologicamente na sua língua, remete ao termo dinamarquês *Pligt* (dever), derivado do verbo *paaligge* (incumbir), ligado à interioridade. Não remete, contudo, ao termo *Paaloeg* (imposição, ordem), pois este diz respeito à exterioridade. Logo, o dever nada mais é do que a tarefa pessoal de tornar-se si mesmo, como incumbência da própria singularidade.

É muito curioso que, pela palavra dever, alguém possa pensar em uma relação exterior; visto que a etimologia dessa palavra designa uma relação interior; e dado que incumbe a mim, não a título de um indivíduo qualquer que eu sou, mas conforme a minha essência verdadeira, isso se encontra de todo modo na relação mais íntima comigo mesmo. Com efeito, o dever não é uma coisa imposta, mas uma coisa que incumbe. Quando o dever é visto assim, é então o sinal que o indivíduo está orientado em si-mesmo. (KIERKEGAARD, 1970, p. 228-229).

Como visto, Kierkegaard equipara a escolha pessoal ao dever ético. Daí, o pseudônimo Climacus, no *Post-scriptum*, retomar a expressão do Juiz Wilhelm quando este afirma que a distinção entre o modo de vida ético e o estético é, principalmente, que a ética exige de “... todo homem o dever de se manifestar claramente aos olhos de todos.” (KIERKEGAARD, 1977, 235). É sabido que a ética se debate com a fundamentação entre escolher o modo de vida

singular (norma) ou o modo de vida geral (lei). Em Kierkegaard, esse problema torna-se mais agudo, dado que a única realidade é a existência do indivíduo singular. Então, podem as ações individuais ser condicionadas por um critério que lhes seja exterior? O confronto que se estabelece entre a vida ética, que tem por fim a realização do indivíduo na interioridade, exige por si mesmo referir-se a um princípio geral. A síntese, ao menos em termos especulativos, deve levar em conta a generalidade e a normatividade na escolha primordial do indivíduo. Ou seja, o que está em questão, agora, é a ligação entre o indivíduo, o dever e a sociedade.

Se, *para cada um*, há a exigência estrita de publicidade da escolha, como preconiza a ética de Kant e Hegel, a saída encontrada por Kierkegaard foi reformular a necessidade de explicitar publicamente a conduta ética do indivíduo. Problema que aparece como dilema: se por um lado, a necessidade de publicização está em conformidade com a ética ordinária, por outro, esta não possui efeito para o indivíduo excepcional. Para o indivíduo excepcional (veja o exemplo de Abraão), à medida que a sua ação transcende a ética ordinária, a lei geral torna-se insuficiente e, no entanto, ele não pode tornar pública a norma de sua ação. O dilema ético está justamente no hiato entre a regulação da ação individual e a necessidade de universalizar o princípio da ação ante o geral. Kierkegaard, ao fundamentar a ética na singularidade, nega o geral, fundamentando a ética na exceção (Cf. VERGOTE, 1982, p. 546).

Como a escolha excepcional molda a existência? Como a interioridade se manifesta na vida social? Em síntese, como a escolha efetuada na interioridade pode conter em si mesma a medida da existência ao se desdobrar na generalidade da vida ordinária? Sem dúvida, este é o problema da relação entre a norma e a lei. Contudo, trata-se de derivar essa relação, de explicar como a escolha primitiva passa a ser a escolha de viver segundo determinada lei, descoberta e reconhecida pelo indivíduo em si mesmo. Nesse sentido, o significado do primeiro amor, descrito por Wilhelm, ilustra o princípio da vida ética, que se desdobra no casamento. Através da retomada reflexiva da ética, o homem atualiza o modo de vida ético, sintetizando o geral e o particular:

Portanto, a ética é ainda muito abstrata e se encontra fora do indivíduo, não se presta a uma realização interna. Para que a ética possa se realizar é preciso inicialmente que o indivíduo seja ele mesmo e o geral. O segredo da consciência moral, da vida individual é que uma e outra é, por sua vez, a vida individual e o geral, senão, imediatamente, ao menos, segundo sua possibilidade. (KIERKEGAARD, 1970, p. 229-230).

A finalidade da vida ética consiste na realização da existência singular do indivíduo. Contudo, a vida do indivíduo, à medida que este não é um ser isolado, somente ganha sentido na sociedade, na generalidade. Por outro lado, é a paixão de existir que dá sentido à generalidade. O indivíduo expressa, através da síntese entre a singularidade e a generalidade, características universais que o constituem como singularidade. A generalidade é a expressão da singularidade, pois exige do indivíduo a manifestação do princípio ético, escolher ser si mesmo em meio aos demais.

## 2 A SINGULARIDADE E GENERALIDADE ÉTICA

A generalidade possui um elemento decisivo para a ética, a proibição. Contudo, a ética é, enquanto princípio geral válido para todos os indivíduos, proibitiva. A proibição ética está incluída na generalidade, da qual deriva. O simples fato de um princípio ser apresentado como geral, corresponde ao conjunto de obrigações e proibições que delimitam a ação dos indivíduos. Isso ocorre porque existe a relação de subordinação entre a generalidade e a normatividade. Por isso, a norma não pode ser apresentada como imperativo ou mandamento de uma determinada vontade, mas como resultado de uma vontade geral. Segundo André Clair:

A vida moral, totalmente separada da existência comum, torna-se estranha ao homem. Mas então, reenviar à ética o inefável ou o místico é adotar uma posição, não é uma questão verdadeiramente rigorosa, mas, totalmente, particular e restritiva, que ela corre o risco de carecer da vida moral. (CLAIR, 1989a, p, 34).

Então, como compreender a passagem da generalidade à singularidade? Para Kierkegaard, esta é uma relação intrincada, uma relação dialética, na qual a vida singular do homem é fruto

de determinações gerais e circunstâncias particulares. O indivíduo singular é a síntese do geral e do particular. Ou, como afirma Kierkegaard, em *O conceito de angústia*: “... o indivíduo é ele mesmo e o gênero humano.” (KIERKEGAARD, 2010, p. 31). Nesse aspecto, o projeto ético-existencial de cada indivíduo é reafirmar-se enquanto ser particular e único, assumindo características gerais da espécie, que igualmente constituem a sua natureza. Ao realizar essa tarefa, o indivíduo se reapropria da vida moral.

Este constitui o lugar a partir do qual podem ser conduzidas efetivamente as investigações éticas. Nesse lugar, importa antes de tudo reencontrar a subjetividade. Com efeito, aquilo que faz pensar é a apropriação (*Tilegnelse*) das noções éticas por uma subjetividade existente. Sem esta apropriação, que é o mesmo que uma reapropriação, a vida moral (no sentido dos costumes de uma comunidade humana) e o discurso ético (como discurso de análise e reflexão sobre os costumes) permaneceriam estranhos ao sujeito como existente singular (*den Enkelte*). (CLAIR, 1989b, p. 211-226).

Se cada indivíduo é o geral e o particular, trata-se, pois, de precisar as funções da generalidade (e igualmente da normatividade) entre todos os homens. Expressar a universalidade só é possível na unicidade de cada um, no aqui e no agora da existência individual. Por outro lado, a singularidade, através da normatividade, reafirma os princípios éticos universais. Portanto, o sentido ético não existe por si só, mas é a expressão da singularidade.

Concretizar o aqui e o agora é a tarefa de cada indivíduo e, nela, encontra-se o princípio ético. O indivíduo é, conforme André Clair, o princípio e o fim da ação ética: “É o próprio agente que reenvia à atividade racional do homem, aquilo que é propriamente o agir que é causa eficiente e causa final de sua ação” (CLAIR, 1989a, p. 20). No entanto, para afirmar a existência de uma tarefa particular, individual, é necessário supor que haja a consciência dessa tarefa, bem como a forma de realizá-la:

O ético sabe que o importante é a maneira de encarar toda a situação, a energia então demonstrada, e qualquer um que se discipline assim nas circunstâncias mais insignificantes pode viver mais intensamente o testemunho ou mesmo como herói dos mais notáveis acontecimentos [...] A ética não fará, portanto do indivíduo outra pessoa, mas ele mesmo; ele não aniquilará o estético, mas o transfigurará. Para viver segundo a ética, é necessário que o homem

tome consciência dele mesmo, de uma maneira tão enérgica que nenhuma circunstância lhe escape. (KIERKEGAARD, 1970, p. 227).

A consciência de que o indivíduo tem por tarefa - tornar-se si mesmo - bem como a maneira de encará-la, põe a disjunção entre a vocação e a profissão. Vocação, aqui, é entendida como chamado à responsabilidade e, além disso, significa trabalho ou profissão. No indivíduo singular, essas duas significações são convergentes e concordantes, porque existem a vocação e a atribuição de determinada função ou profissão. Essa função é atribuída a todos e, igualmente, todos são chamados a responder: “Quando um homem tem uma vocação, ele tem ordinariamente fora dele uma norma que, sem fazer dele um escravo, lhe ensina, todavia, em qualquer espécie de tarefa, regular o seu tempo, dando-lhe frequentemente a opção de começar” (KIERKEGAARD, 1970, p. 262-263).

Assim, aquilo que é considerado vocação completa a função normativa da ética. É isso que confere o caráter de objetividade, mas também de exterioridade à norma. Nesse sentido, a vocação é a retomada subjetiva daquilo que é exigido pela ética. Se não se trata, certamente, de uma ética da autonomia, visto que a tarefa a completar é atribuída ao exterior, a reapropriação subjetiva realiza-se naquilo que é interior, no que é o constitutivo do ser de cada um. A vocação não é o particular em cada um ou aquilo que o distingue dos outros, mas uma reunião do geral (humanidade) e do particular. Em síntese, assumir a vocação é assumir a própria singularidade que, por sua vez, se expressa na universalidade ética. Com isso, a oposição entre heteronomia (diferença) e autonomia (identidade) perde sua valência, muito embora Kierkegaard afirme,

Mas a ética reconcilia o homem com a vida, afirmando que todo homem tem uma vocação. [...] Essa sentença do ético, que todo homem tem uma vocação exprime, portanto, que existe uma ordem das coisas razoáveis onde cada um, se ele quer recobrar seu lugar de tal modo que traduza, por sua vez, o humano em sua generalidade e individualidade. (KIERKEGAARD, 1970, p. 261).

Esse dever significa, simplesmente, que cada indivíduo tem que tornar-se si mesmo, e não poderá fazer isso, assumindo apenas

aquilo que lhe é inicialmente designado por natureza. O indivíduo tem que se escolher, quer dizer, responder de uma maneira única à realidade única que ele é, ou seja, àquilo que faz com que sua singularidade seja transformada pela reduplicação de sua unicidade natural. Assumindo-se assim, como ser singular, frente ao geral, o indivíduo torna-se excepcional. Kierkegaard, na obra *A repetição*, mostra que a exceção assimila o geral e é compreendida através dessa assimilação:

A exceção assimila o geral, ao mesmo tempo, que se submete a uma análise completa; trabalha em benefício do geral em se elaborando ela mesma, explica o geral em explicando a si mesma. A exceção explica, portanto, o geral e ela mesma; e se alguém quer exatamente estudar o geral é suficiente procurar à sua volta uma exceção fundada: esclarece tudo melhor que o geral. A exceção fundada se encontra reconciliada no geral; o geral é essencialmente atingido no combate e recusa para mostrar sua predileção por ela antes que tenha, por assim dizer, forçado a confessar. (KIERKEGAARD, 1972, p. 93).

A exceção, o princípio normatizador da vida ética, justifica a si mesma e o geral. Como pode o indivíduo realizar a ética? Isso só é possível mediante uma ruptura, um salto, quer dizer, o indivíduo excepcional, realiza a tarefa ética e torna secundária a generalidade. Antes de ser desdobramento da generalidade dos costumes, a vida ética, para o indivíduo, é afirmação de si e igualmente afirmação da generalidade. Portanto, a exceção é o meio de criar, modificar e afirmar a generalidade. Isso supõe que o indivíduo deve ser o portador da instância moduladora da ética e não a generalidade. Sendo assim, a invenção existencial do indivíduo suspende a escolha de um outro, no que diz respeito à sua realização, quando esta se reporta ao mundo social normatizado.

O princípio ético é transmutado em situação de exceção. Nessas situações, onde normas e valores são desrespeitados ou pervertidos, apenas os indivíduos excepcionais podem denunciar a ilusão e testemunhar a verdade. Um indivíduo excepcional não é fruto de sua própria decisão, porque, através da prova estrita de eleição, elege a si mesmo, em meio ao sofrimento e tribulações. Nesse sentido, a exceção é pensada como síntese originária segundo a qual aquilo que

é estritamente único traz em si o mais geral. A exceção é a união dela mesma e do geral para transformar a tarefa ética em tarefa pessoal.

## CONCLUSÃO

Para compreender a existência individual, a vida ética tem função diretriz. A doutrina kierkegaardiana da ética apresenta a escolha originária como princípio da vida singular e geral, contudo há certa primazia da decisão sobre a generalidade e as normas. Igualmente, por um movimento circular, a primazia se inverte, à medida que a decisão primeira é a repetição daquilo que o indivíduo singular tem de universal e que transcende a sua particularidade. A decisão do indivíduo singular não é normativa, no sentido de que as normas por ele engendradas são atualizações da normatividade inscrita em todo o homem. Por isso, a sua decisão é o meio e o princípio da normatividade.

A vida ética é a síntese, síntese que se expressa de diversos modos: na decisão e na norma, no particular e no geral, no individual e no social, na moralidade e nos costumes. Se todas essas questões acentuam a dualidade, ainda assim permanecem distintas, não se repetindo através de uma dualidade exacerbada. Do ponto de vista da ética, é precisamente, na síntese, que a situação concreta e particular do indivíduo singular fixa a decisão através do querer. No entanto, esta decisão não seria ética se efetuasse a abertura pela generalidade e pelos costumes apenas através da espécie.

Os fundamentos de uma ética da existência pressupõem a exceção. Tal ética não descarta que, na vida ética, o indivíduo com sua liberdade e sua finitude seja sempre o foco da discussão. Kierkegaard busca fundamentar uma ética prática, centrada no indivíduo enquanto ser singular, capaz de fazer a síntese entre a lei da generalidade e a norma da singularidade em seu existir através da exceção.

## **BETWEEN THE PRIVATE AND THE GENERAL: ETHICS AS A TASK IN KIERKEGAARD**

**ABSTRACT:** Ethical life, according to Soren Kierkegaard, finds its origin in passion. In this sense, Kierkegaardian thought, known as the philosophy of duality and disjunction, can be characterized by the philosophy of synthesis, as the interiority of the individual and exteriority of the world reaches their end in ethics. However, one of the functions of ethics as an expression of the general is to prohibit. How does the individual articulate the general in itself? Is ethics an individual task that must be expressed in general terms?

**Keywords:** Ethics. Individual. Existence. Choose. Exception.

### **REFERÊNCIAS**

CLAIR, André. **Éthique et humanisme**: essai sur la modernité. Paris: Cerf, 1989a.

\_\_\_\_\_. Wittgenstein en debat avec Kierkegaard: la possibilité d'un discours éthique. **Les cahiers de philosophie**, n. 8/9, p. 211-226, 1989b.

KIERKEGAARD, Sören. **L'alternative**. Paris: Éditions de l'Orante, 1970, v. 4.

\_\_\_\_\_. **La répétition**. Paris: Éditions de l'Orante, 1972.

\_\_\_\_\_. **O conceito de angústia**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2010.

\_\_\_\_\_. **Post-scriptum définitif et non scientifique aux miettes philosophiques**. Paris: Éditions de l'Orante, 1977. v. 11.

VERGOTE, Henri-Bernard. **Sens et Répétition**: essai sur l'ironie kierkegaardienne, Paris: Cerf/Orante, 1982. v. 2.